

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7958 | Salvador, quarta-feira, 15.07.2020

Presidente em exercício Euclides Fagundes



Definidas as prioridades no Santander

Página 2

O socorro só vem dos públicos

Página 4



CAMPANHA SALARIAL

Agora, Conferência Nacional

Na sexta-feira e sábado, os bancários de todo o país participam da 22ª Conferência Nacional. As demandas dos estados serão

apresentadas e debatidas para que a pauta de reivindicações represente democraticamente os anseios da categoria. Página 3

Debate no Santander foca nas demissões

Banco demitiu mais de 400 funcionários em todo o país

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

O ENCONTRO Nacional de Funcionários do Santander, realizado ontem, teve como pauta principal as demissões realizadas pelo banco em plena pandemia do coronavírus. Os sindicatos de todo país avaliam que foram mais de 400 desligamentos entre junho e a primeira semana de julho. A pressão por metas e o Motor de Vendas também foram discutidos.

Na primeira parte do evento, foi realizada uma palestra sobre comunicação em rede,

com o debatedor Ricardo Negrão. Foi colocado como o movimento sindical pode melhorar as ferramentas em benefício da categoria. Os participantes reforçaram a necessidade de qualificar as atividades de enfrentamento ao Santander através da comunicação.

Na segunda parte do encontro foi discutido o plano de lutas, em resistência aos problemas que o Santander tem apresentado contra os funcionários, principalmente quanto as demissões e ao Motor de Vendas. Ao final da reunião, os representantes aprovaram uma nota de repúdio ao banco, contra os inúmeros desligamentos, o protocolo pandemia, também sobre o abuso de metas e o assédio moral para cumprir em momento tenso vivido por todos os bancários.

Maioria da população apoia as cotas raciais

EM MEADOS dos anos 2000 as cotas raciais em universidades públicas do Brasil foram criadas como um recurso de inserção de pessoas negras no ensino superior. Quase 20 anos depois e ainda com muitas polêmicas envolvidas, segundo a pesquisa do *Vox Populi*, 60% dos brasileiros apoiam o recurso social.

De acordo com o levantamento, 62% dos entrevistados consideram que “existe um racismo muito forte no país” e 31% acham que há um racismo moderado. Somente 6% acreditam que não existe nenhum tipo de racismo no Brasil.

A pesquisa ainda revela que para 35% as ações afirmativas são políticas racistas contra a própria população negra.



Lei de cotas para negros: Brasil tem dever de reparação histórica

Crianças e adolescentes trabalham nas ruas

MESMO após 30 anos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), os direitos dessa parcela da população ainda não são totalmente

preservados. Com a exclusão de milhões de beneficiários do programa Bolsa Família e o aumento do desemprego, crianças e adolescentes ficaram expostos à violência e ao trabalho.

O estatuto passou por avanços no combate ao trabalho infantil, na assistência às famílias pobres e na escolarização. Porém, segundo o Ciespi (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância), apenas 41% das crianças e adolescentes ou sua família recebiam algum tipo de benefício social, 45% trabalhavam para contribuir com o sustento e 85% afirmaram já terem sido vítimas de violência.



Muitas crianças trabalham para ajudar em casa

TEMAS & DEBATES

O privilégio da servidão

Álvaro Gomes*

Ricardo Antunes, em seu livro *O Privilégio da Servidão*, argumenta que longe da tese defendida nos anos 80 do fim do trabalho, em função do desenvolvimento de novas tecnologias, “estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global de que se pode denominar escravidão digital. Em pleno século XXI.”

Para Antunes, na atual lógica capitalista “de um lado deve existir a disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho *on-line* e dos ‘aplicativos’... do outro, expande-se a praga da precariedade total, que surrupia ainda mais os direitos vigentes. Se essa lógica não for radicalmente confrontada e obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilação entre o desemprego completo e na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão”.

A implementação de novas tecnologias, que deveriam servir para o desenvolvimento humano, diminuindo as desigualdades sociais e tornando o trabalho mais prazeroso e menos adoecedor, dentro da lógica perversa do capitalismo tem servido para o descarte de trabalhadores e o aumento da exclusão social.

Assim, observamos milhões de trabalhadores na informalidade, fazendo trabalho remoto, terceirizados, sem seus direitos básicos assegurados. Essa situação exige novas formas de organização e de lutas para enfrentar a barbárie capitalista.

Com a pandemia de Covid-19, intensificou a atividade remota e o trabalho de entrega de produtos, onde um dos segmentos mais explorados ganha maior visibilidade pela sua importância, que são os entregadores de aplicativos. São eles que muitas vezes trabalham com fome entregando comida para a população. Dia 1º de julho, no Brasil inteiro, eles organizaram uma greve com a participação de milhares de trabalhadores.

A centralidade do trabalho como defendeu Marx, continua atual, o que precisamos é lutar pelo trabalho digno e decente e nos livrar como enfatiza Ricardo Antunes de uma “realidade triste e outra trágica”, “o desemprego completo” ou o “privilégio da servidão”.

*Álvaro Gomes é diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia e presidente do IAPAZ
Texto com, no máximo, 1.900 caracteres

Conferência Nacional vem aí

Evento acontece na sexta e sábado. Sindicato participa

RENATA ANDRADE
imprensa@bancariosbahia.org.br

DEVIDO a conjuntura atual, de retirada de direitos, a mobilização e união para conquistar a ultratividade da CCT e acordos coletivos serão o foco dos bancários de todo o país que participam, na sexta-feira e sábado, da 22ª Conferência Nacional. Com o tema *A distância não nos limita*, o evento será realizado por videoconferência.

Os delegados vão aprovar a pauta da categoria para a campanha salarial deste ano, que será apresentada e negociada com a Fe-

MANOEL PORTO



Manutenção dos direitos, diante da difícil conjuntura, será um dos principais focos da Conferência

naban (Federação Nacional dos Bancos). Baseada na consulta realizada nacionalmente, as reivindicações incluem garantia dos direitos, melhoria das condições de trabalho, atenção à saúde e o fim das metas.

Em 2018, a força e união da categoria com os sindicatos foram fundamentais

para garantir o acordo com validade de dois anos com aumentos reais e manutenção de todos os direitos da Convenção Coletiva de Trabalho. Esses são os motes que devem ser mantidos na Conferência Nacional dos Bancários este ano. Os delegados da Bahia e Sergipe participam do evento.

Funcionários do BNB definem a pauta de reivindicações 2020

A IMPORTÂNCIA do Banco do Nordeste como banco público que atua para reduzir a desigualdade regional foi um dos destaques do 26º CNFBNB (Congresso Nacional dos Funcionários do BNB), que aconteceu no fim de semana. Pela primeira vez, o evento foi realizado por meio de videoconferência, por conta da pandemia da Covid-19.

Os delegados reforçaram a importância da defesa do BNB, a necessidade do fortalecimento da instituição e a valorização dos funcionários. A empresa é responsável pelo maior programa de microcrédito da região e por apoiar a agricultura familiar. Diante disso, os participantes criticaram a proposta de distribuição dos recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) para outros setores, pois limitaria a atuação do banco.

Os delegados aprovaram a recomendação de “voto não” para reforma estatutária da Camed (Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB) e uma nota em defesa do banco e do Nordeste, além da pauta de reivindicações específicas para a Campanha Nacional 2020. Entre os principais pontos do documento estão a manutenção do atual acordo, com inclusão das novas cláusulas negociadas.

A defesa da mesa única de negociação, pagamento de vale transportes em caso de restrição dos transportes públicos, abono das horas não trabalhadas durante a pandemia e a ampliação do debate sobre o teletrabalho também estiveram na pauta.



Desafio de fazer campanha na pandemia

AS NEGOCIAÇÕES salariais têm sido desafiadoras nos últimos anos diante da retração econômica e dos ataques aos direitos, intensificados pela reforma trabalhista. Em meio ao caos da pandemia do coronavírus, a dificuldade de manter emprego e renda se torna ainda maior, pois empresas têm promovido demissões em massa e se negam a conceder direitos aos que permanecem.

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), apenas metade das campanhas terminou com aumento real em 2019. Neste ano, a previsão é de que os trabalhadores terão dificuldades ainda maiores, alimentadas pela pandemia.

Atualmente, as negociações passaram a privilegiar a manutenção de direitos, sem muitos avanços, com a inclusão de cláusulas específicas sobre a Covid-19. Ainda segundo o Dieese, só 42% de um total de 1.800 acordos feitos até o momento tiveram ganho real. Os demais 58% se dividem entre negociações equivalentes e abaixo da inflação.

As categorias seguem negociando em um ambiente de crise, enfrentando o desafio múltiplo de resguardar direitos, defender empregos e preservar o poder de compra. Os trabalhadores do setor público têm um desafio ainda maior, já que enfrentam um governo resistente à negociação e com o viés privatista.

Só os bancos públicos emprestam dinheiro

Privados se esquivam na hora de socorrer as empresas

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

O FINANCIAMENTO emergencial criado para socorrer pequenas empresas tem sido operado somente pela Caixa, Banco do Brasil e Banco Amazônia. O empréstimo faz parte do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) e foi criado para que todas as organizações financeiras pudessem ofertar o crédito. A realidade, no entanto, é outra.

O objetivo do Pronampe é oferecer financiamento a empreendedores individuais, micro e pequenas empresas para auxiliar no en-

frentamento à crise do coronavírus.

Os recursos são financiados pelos próprios bancos e têm garantia de um fundo público. Isso quer dizer que, em caso de um possível prejuízo, o governo cobre até 85% das perdas totais das carteiras das organizações financeiras com os empréstimos pelo programa.

Enquanto Caixa, BB e Banco da Amazônia já emprestaram mais de R\$ 3,3 bilhões por meio do Pronampe, os bancos privados, que já foram habilitados, ainda protelam para financiar microempreendedores em momento difícil. O Itaú informou que ainda não formalizou as operações, mas deve iniciar na próxima semana. A previsão do Santander é para agosto e o Bradesco ainda está aderindo ao programa.

Os bancos públicos provam a importância no desenvolvimento econômico brasileiro, enquanto os privados enrolam.

Minha Casa Minha Vida está na mira

O GOVERNO Bolsonaro planeja mais um golpe contra a população. Desta vez, estuda acabar com o *Minha Casa Minha Vida*, um programa extremamente importante para as famílias de baixa renda e responsável pela geração de milhares de empregos.

O MCMV foi criado em 2009 ainda no governo Lula. Foram construídas mais de 4 milhões de unidades habitacionais, um investimento de R\$ 105 bilhões. Cerca de 16 milhões de pessoas foram beneficiadas.

Agora, tudo pode acabar. A informação é do Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho disse, em entrevista à grande imprensa, que o *Minha Casa Minha Vida* está na fase final. No lugar, será implementado um programa habitacional batizado de “Casa Verde e Amarela”, mas ainda não se sabe como será.



Minha Casa Minha Vida: 16 milhões de beneficiados

SAQUE | Rogaciano Medeiros

NADA DEMAIS É como se dizia antigamente: “Tempestade em copo d’água”. Não há nada na declaração de Gilmar Mendes que desrespeite as Forças Armadas. Emitiu opinião. Aí sim, é liberdade de expressão. Bem diferente de defender e/ou se omitir perante as *fake news*, que violentam a democracia. O ministro do STF não falou nada que justifique uma “crise institucional”.

FAZ PARTE É normalíssimo, na política, pessoas e instituições serem alvos constantes de críticas, às vezes pesadas e injustas. Os militares não gostaram porque o ministro do STF, Gilmar Mendes, os acusou de cumplicidade no genocídio da Covid-19, diante da inoperância do governo Bolsonaro e do Ministério da Saúde, comandado pelo general Pazuello. Então..., fiquem em casa.

FAZER JUSTIÇA Em nome não apenas da credibilidade do Judiciário, hoje altamente desgastada, mas acima de tudo pelo bem do Estado democrático de direito e do respeito à nação, o pleno do STJ tem o dever de corrigir, o mais rápido possível, a escandalosa decisão do presidente João Noronha, que concedeu prisão domiciliar para Queiroz e a mulher. É uma questão de justiça.

CONTA ALTA Para Sérgio Moro, que não hesitou em abusar de poderes excepcionais quando comandou a Lava Jato e agia como se fosse o imperador do Brasil, inclusive com seguidas agressões a advogados, a lei do retorno está chegando a galope. Agora em baixa, o ex-juiz de Curitiba não tem conseguido nem sequer fazer registro na OAB. E vêm mais problemas.

METER MEDO Embora a combinação, a olho nu, possa parecer incompatível, no governo Bolsonaro só prevalecem fuzil e bíblia. Se não é militar é pastor, sem falar nos negacionistas, que se misturam. E assim o Brasil afunda. Quando não é ameaça de intervenção da caserna para “manter a ordem” é o medo do “castigo aos pecadores”. Grilhões que aprisionam o povo.



Governo quer privatizar o patrimônio nacional

Privatizar é um erro

SEM dizer quais serão os próximos alvos da política entreguista do governo, o ministro da Economia vai anunciar a privatização de três ou quatro empresas estatais brasileiras nos próximos 90 dias. Mas, Paulo Guedes já deixou claro que pretende priorizar a venda dos Correios, Caixa e Eletrobrás.

O fortalecimento dos estatais é justamente uma das principais pautas do movimento sindical. As entidades lutam para que as estatais assegurem mais dignidade, melhor atendimento e serviços para toda a população.

São os bancos públicos, como Caixa e BB, que financiam o sonho da casa própria, obras de saneamento básico e de infraestrutura, agricultura familiar, além de ofertar crédito à sociedade com taxas de juros menores do que os privados.